

MEMÓRIAS APALAVRADAS: TEMPOS, TRAMAS E NARRATIVA DE UM CAMPONÊS DOS CERRADOS PIAUIENSES¹

Maria Dione Carvalho de Moraes² (UFPI)

GT 11- História, memória, educação

Introdução

“Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? (Rosa, 1956: 183).

Ao focalizar a narrativa do Sr. Gervásio Pereira de Santana, trato questões relacionadas à reprodução social de camponeses no sudoeste piauiense, no contexto do chamado *Novo* Nordeste dos cerrados (oeste baiano, sudoeste do Piauí e sul do Maranhão), subespaço regional incorporado, a partir dos anos 80, pela expansão das redes de modernização agrícola vinculadas ao complexo carnes/grãos. Nesta análise, a região sudoeste do Piauí é o *locus* de observação empírica da situação de liminaridade social de populações camponesas tradicionais dos cerrados, no cerne desse processo.

A abordagem teórico-metodológica da memória social como fonte de conhecimento do mundo social é aqui aplicada, tomando a memória social como campo de disputas (Neves, 1994), sendo que o conceito de campo (Bourdieu, 1983, 1987) permite pensar a memória social como uma arena em que versões e representações do passado, presente e futuro se digladiam em busca de legitimidade. Esse foco reitera a dimensão cultural e simbólica como dimensão da vida social em que se atualizam as lutas sociais, o que permite compreender uma das características da secundarização das populações camponesas, no cerne do processo de modernização agrícola referido: a própria invisibilidade social dessas categorias nas narrativas mestras do desenvolvimento para essas áreas³.

De fato, a instituição social dos cerrados como fronteira agrícola para o capital, no Brasil, a partir dos anos 70, apóia-se em *master narratives* do “vazio” econômico, demográfico, e cultural, numa memória social hegemônica, que relega camponeses e o drama social do qual são personagens, ao indizível. Para recuperar outras narrativas – eclipsadas⁴ – e outros narradores desse processo, na perspectiva do resgate da dívida solidária com o passado (Benjamin, 1985). A fala de *seu* Gervásio, então, é parte de um conjunto de discursos e práticas, outros, sobre e na região, numa anamnese (Moraes, 2000) calcada na experiência e no *habitus* (Thompson, 198, Bourdieu, 1994), expondo o fenômeno da liminaridade social de populações camponesas em processos modernizadores circunscritos à camisa de força do binômio atraso/modernidade e apoiados na apropriação privada de vastas extensões de terra.

¹ Este artigo possui versão anterior – que agora passou por revisão e aperfeiçoamento - elaborada para o VI Encontro Nacional de História Oral, em 2001, sob o título: “Tempos e tramas: da terra voluntária à terra arrendada”.

² Socióloga, Dr^a em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP. Professora na UFPI, DCS/CCHL, e-mail: mdione@uol.com.br

³ Para detalhamento do emprego da idéia de narrativas-mestras, conferir Moraes (2000).

⁴ O termo eclipsadas inspira-se no conceito de cultura eclipsada de Gramsci (1978).

De fato, esses camponeses passam de uma determinada condição de reprodução social, nos marcos do que eles próprios denominam “terra voluntária” (Moraes, 1999, 2000), para a condição de “encurrallamento”, pelas contingências da sua própria reprodução social como cultivadores que tradicionalmente operavam num sistema que conjugava a posse e a propriedade familiar de pequenas áreas em “baixões”, brejos e encostas com o uso coletivo de áreas de “chapadas”, estas, atualmente, com acesso cada vez mais restrito a essas populações, devido à expansão dos grandes projetos de monocultura⁵. É deste processo que fala o narrador, membro de uma categoria social que vive, como diria Benjamin (1985) um momento de perigo, quando para fazer-lhe frente, a memória relampeja, reconstruindo o passado e projetando novas bases para o futuro. Nesse sentido, a fala de *seu* Gervásio reitera que a memória é não apenas a atualização do passado, sua presentificação, mas também o registro de acontecimentos presentes – uma memória ativa e coletiva do acontecendo (Brandão, 1998), cujo contexto mais amplo, em seu conjunto de relações objetivas, pode ser inferido da própria narrativa de um sujeito individual e coletivo que traz à luz tanto as memórias de si quanto as de seu mundo.

Convém lembrar, teoricamente, que não se reduzindo ao registro cerebral ou à gravação automática de fatos, acontecimentos, coisas, pessoas e relatos, efetuada pelo cérebro, a memória diz respeito ao que foi gravado com sentido ou significado. De fato, esta análise tem por suposto que o ato de recordar implica a elaboração de uma representação do sujeito que recorda, não só para ele próprio, mas também para os que o rodeiam. O sujeito pode, assim, revelar-se de modo articulado; a maneira como se recorda é a maneira como é, pois o sujeito é aquilo de que se lembra. Esta maneira como se lembra é a mesma pela qual o sujeito se apresenta nas suas memórias, ou seja, o modo pelo qual se definem suas identidades pessoal e coletiva através das memórias; como, nelas, ordena e estrutura as idéias, e a própria maneira pela qual as transmite – no caso, pela oralidade - a outros.

Assim, a história de vida de *seu* Gervásio possibilita refletir sobre processos sociais em curso nos cerrados piauienses remetendo à condição camponesa no Brasil, em geral, no que se refere à relação entre terra, família e trabalho; a sistemas de produção, notadamente quanto à relação com as variadas possibilidades agroecológicas que os diversos ecossistemas dos cerrados oferecem aos cultivadores tradicionais; aos limites e possibilidades da reprodução social dessas populações, com a incorporação das chapadas pela agricultura intensiva; à reorientação das suas estratégias de sobrevivência, guiada pela lógica do provisionamento. A especificidade desta abordagem encontra-se no enfoque da memória social, com ênfase nas memórias eclipsadas e no narrador. Convém dizer que este enfoque não supõe uma leitura ingênua da narração, mas, antes, como diria Bosi (1994), um interesse no que foi escolhido pelo narrador para ser lembrado, a fim de perpetuar-se na história de sua vida, produzindo sentido no momento presente, em que novos itinerários emergem com rapidez e ritmo inusitados.

Sem dúvida, tenho em conta o que Bourdieu (1996) denomina ilusão biográfica, ou seja, o postulado do sentido da existência narrada – e de qualquer existência como um *cursus*, um trajeto dotado de sentido – aceito tanto pelo investigador, quanto pelo investigado, uma idéia contrabandeada do senso comum para o universo científico. Para o autor, a história de vida supõe uma propensão do narrador a tornar-se ideólogo de sua própria existência, uma vez que ele, o narrador, seleciona certos acontecimentos significativos, dando-lhes coerência através das conexões – causas, conseqüências e, acrescentaríamos, projetos –, com a colaboração do profissional da interpretação que é levado a aceitar essa criação artificial de sentido elaborada no ato narrativo.

⁵ Sobre os diversos ambientes naturais dos cerrados e a taxonomia dos camponeses, ver Moraes (2000)

Mas é assim mesmo, como construção de sentido que concebo o trabalho da memória. De fato, não se trata de biografias lineares, nem de busca de linearidade narrativa. Assim, valorizo as reminiscências do narrador com seus silêncios, amnésias e sombras, moldados por condicionamentos múltiplos, e que certamente constituem uma mediação simbólica na construção do significado.

Memória do acontecido: o *tempo da terra voluntária*

A pesquisa que deu origem a este artigo (Moraes, 2000) visava compreender a situação de camponeses dos cerrados do sudoeste piauiense, nas condições referidas. *Seu* Gervásio foi abordado como um dos interlocutores privilegiados, por ser agricultor e um dos dirigentes da Cooperativa de Pequenos Produtores, esta, organizada nos últimos anos, pela mediação da Igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores, no processo de resistência dos camponeses à expropriação em curso. Assim se apresenta o narrador, falando de si e do lugar, como referentes mútuos:

“Gervásio Pereira de Santana. Eu nasci e me criei aqui no município de Uruçuí, a residência Sangue, que é minha propriedadezinha que eu tenho... A comunidade de Sangue, geral, na região toda, chega uma faixa de – eu não tou bem presente [certo] – mas chega numa faixa de umas duzentas pessoas. Eu tou jogando pela cotação que existe, agricultor mesmo. É porque tem o pai, tem o filho que tudo trabalha lá na agricultura. Os duzentos que eu jogo é no ribeirão todo. Então, lá em nós mesmo, na comunidadezinha minha mesmo é na faixa de uns dez. É irmão, é cunhado, é sobrinho, é Sangue. E onde tem esses duzentos, também é Sangue, é a região mesma. Agora, devido à localidade, tem diversos nomes. A minha é Lagoa do Sangue, mas trata Alto Bonito, mas na escritura mesmo é Lagoa do Sangue. Dentro do Sangue, tem várias localidades... Deixa eu ver... tem o Acampamento, que é do Ribamar Coelho [proprietário], é de morador mesmo, trabalhador rural; tem a Cabeceira do Brejo, que é do Ribamar Coelho, que é de trabalhador rural; tem a minha propriedade, a localidade que é Lagoa do Sangue, tem o Brejo, que era uma fazenda antigamente, que tem dois moradores; tem o Coco que é uma localidade... vem pra os Madalenos, que nós chama Baixa Funda... vem, aí desce pra Feira, tem Chapéu... e ainda tem mais, mas não estou lembrado do nome... Ainda tem outra região chamada a Lagoa. A região que faz parte dos Abelhas antigamente. Essa região toda é brejo, passa brejo. Agora, seca o brejo, fica local assim, córrego, lagoa, sem secar, mais a maior parte, época de seca ele seca. Esse ano mesmo secou. E eu quis tentar fazer o açude pra combater o gado [ter água para o gado], mas eu tentei e não consegui no Banco do Nordeste e fiz por minha conta o açude, o poço”..

Corroborando pontos de vista de estudiosos de camponeses, *seu* Gervásio inclui na sua própria apresentação, a relação com a terra, como parte da suas próprias identidades cultural e social. A origem dessa terra nas palavras do narrador, aponta para o Piauí colonial, em que os sertões do sudoeste do estado, região tradicional de pecuária, foi povoado, nos marcos da colonização portuguesa, pela penetração de exterminadores de populações indígenas e criadores de gado, no século XVII:

“Sangue, a gente vê falar pelos antigos que foi a morte de uns índios antigamente, que eles perseguiram índios, aí mataram muito índio e fizeram grande derrame de sangue e, aí, ficaram chamando Sangue. Só o que eu sei é que naquelas data que era desabitada e viviam perseguindo os índios pra desabitarem aquela localidade, o que eu sei é só isto. Porque lá antigamente disse que era uma aldeia de índio. Não sei o nome deles. Não é do meu tempo não...”

Seu Gervásio faz lembrar Walter Benjamin. Para este autor, o narrador que vem de fora e narra suas viagens vence distâncias no espaço e volta para contar suas aventuras onde estas possuem significação, enquanto aquele que ficou, e conhece sua terra e seus conterrâneos habitados pelo passado, vence distâncias no tempo para contar sua experiência naquele lugar do mundo que a ela confere significado:

“Estou com idade de cinquenta e quatro anos e nunca morei em outro lugar não. A única viagem foi de lá do interior [Sangue] pra cidade [Uruçuí]. Abandonei lá e, hoje, há três anos, voltei de novo lá pra minha propriedade. Abandonei, devido aquela vida... começou a chegar menino e eu não queria que meus filhos fossem criados que nem eu, quase sem saber ler. Aí, vim embora pra cidade, lutamos aqui com eles até que hoje estou terminando de ensinar eles, como estou terminando quase de ensinar um que tem em Teresina e outro que mora lá na propriedade. Aí, há uns três anos voltei de novo pra situar nos meus terrenos (...)” .

De fato, o narrador ao vencer distâncias no tempo traz, como observou Bosi (1994), um fardo de conhecimento. *Seu* Gervásio que deixa clara a associação entre enraizamento no lugar e a família extensa, temas recorrentes entre estudiosos do campesinato:

“(…) Lá no Sangue, mora um filho meu. É considerado casado. Ele é junto com uma mulher e é quem toma de conta do meu gadozinho lá. Perto, tem a casa de um irmão meu que é até motorista do ônibus, Lourival, da Princesa do Sul. Tem ele que mora de juntinho de mim, as nossas casas são todas próximas da outra. Tem um cunhado que mora perto, tem uma moradeira minha [sogra do filho] que mora de junto, tem uma moradeira dele, Louro [Lourival], que mora pertinho e tem uma sobrinha e um irmão e de outra irmã. É irmão, sobrinho, mora tudo junto... O tronco é de meu pai que ele era de Itaueira. Ele chegou pra lá, morando de agregado até que conseguiu um... como é que dava o nome antigamente? É... posse. Uma posse de terra. Aí ele comprou, aí ele ficou morando. Aí, ele morreu, foi a época que foi a demarcação, ele demarcou, tirou a escritura. Aí, ficou... com uma faixa de quarenta e cinco anos ele morreu, aí ficamos tudo pequeno junto com a minha mãe, o meu irmão mais velho era o que tinha e ficou trabalhando junto com nós na roça. Aí, foi o inventário, a gente dividiu as terras e cada quem ficou com seu lotezinho dividido. O meu é de vinte e três hectares. É. Somos dez irmãos, todos dez é essa quantidade!... Agora tem deles que tem mais. Todos dez. Agora uns deles tem mais, porque teve da irmandade que já vendeu um para o outro (...).”

A partir dessa associação, esse camponês expõe um mundo de situações que, do ponto de vista da reprodução social camponesa, vão desde a relação com a terra, tendo como atividade principal, na agricultura, até as diversas estratégias de sobrevivência:

“Eram oito filhos (...). Tenho sete vivos. Minha esposa fica mais é aqui. Quem fica mais na roça é eu. Os filhos, tem dois em Teresina, um dos mais velhos e o terceiro. O mais velho, já casado e o terceiro estudando. Eles tudinho tão empregados pra lá. E tinha outro em São Paulo, que é o pai desse menino aqui, desse meninozinho que tá morando aqui, tá aqui em casa. E tenho três [filhos] comigo, morando mais eu, aqui em casa, que é duas mulheres e um homem. Um é aquele que a senhora viu, trabalhando na casa lá na cooperativa, um moreno, bem moreno. A esposa ajuda na lavoura, quando tem tempo, quando não tem, fica é em casa. Lá no Sangue, fica um filho que é quem toma de conta. Eu passo um mês pra lá trabalhando, dois meses. A esposa fica com os meninos e eu vou, vou só, lá pra onde o outro. Essa senhora aí, [ao lado], tá no lugar de sogra, foi quem criou a mulher [do narrador] que tá lá pra baixo [em outra parte da cidade] agora. Ela luta lá com roupa. Tem uma banquinha de roupas prontas, próxima ao Banco do Brasil. Porque eu passei três anos trabalhando assim [vendendo roupas], aí depois, então... a coisa pegou, aí, eu disse: “- Mulher fica, toma de conta aí que [isso] aí é um quebra-galho. Eu volto pra roça antes da coisa arruinar de todo”. Ela vende pano, vestido, é calça, ali na porta do banco. É uma banquinha, mesmo na quina... Eu vim de lá [mudou-se para a sede do município] foi em sessenta... em setenta e seis. A família ficou aqui dentro, agora a minha vida é lutando com roça. Abandonei a propriedade mas fiquei arrendando terra. Mas há três anos voltei de novo a trabalhar nas minhas terras que, esse tempo todo, ficou sem gente: casa caiu, cerca acabou, abandonou, ficou parado! E eu como arrendatário, porque não podia abandonar a lavoura, porque a minha vida, minha profissão é essa. Lá [Sangue] é terra de brejo (...). Mas se vem uma seca (...). Esse ano, mesmo, secou. Eu lutei pra ver se conseguia um empréstimo pelo Banco do Nordeste, esse ano, pra fazer um açude, mas não consegui (...).”

De fato, a compreensão da reprodução social de famílias camponesas, no Brasil, em especial no Nordeste, passa, necessariamente, por um olhar para a complementariedade de funções e papéis sociais que esses atores desempenham. Isto tem, de fato, provocado reflexões que vão desde análises centradas nas estratégias de sobrevivência (Menezes, 1994) às recentes discussões, sobre a pluriatividade, desembocando em pelo menos dois caminhos: o da compreensão da agricultura camponesa como um espaço em construção (Wanderley, 1995) e outro, dessa agricultura como não tendo mais eficiência na sociedade, uma vez que as rendas oriundas da atividade agrícola podem ser menores que a renda que se origina das demais atividades. Vejamos como fala a respeito, o narrador:

“Às vezes a gente não tem só um ramo de vida, não. Diversos. A gente não pára. Quando um não dá, o outro dá. Eu trabalho de pedreiro, não é profissão, é pra época que... às vezes tem assim, uma necessidade. É... A gente achando, a gente ganha o dinheiro. Eu trabalho em teto de casa, eu fui vaqueiro muito tempo. Então eu dou a diária em qualquer serviço que aparecer, pra ganhar. Eu enfrento, não tenho escolha pra serviço. Sou vice-presidente da cooperativa (...). E sou do Conselho Fiscal do Sindicato e faço parte do Conselho do Colégio, da merenda escolar de Uruçuí. No Sangue, a Associação que tem é só da pastoral mesmo. Ainda

sou vice-presidente da Associação da Pastoral da Criança. É porque é uma coisa quase ligada na outra, esses movimentos, organizações, tudo fazem parte um do outro”

De fato, a fala de *seu* Gervásio traduz uma complexa situação de reprodução social de camponeses envolvidos em vários “ramos de vida” e diversas identidades sociais, a partir da experiência - lembrando Thompson (1981) –. Em meio a isto, ser agricultor é uma ancoragem identitária construída com a memória de um passado vivido na terra e pela terra, no processo mesmo de acesso precário a ela, no âmbito de relações de patronagem-dependência (Forman, 1979):

“No Sangue, é tudo [agricultores] mais ou menos do mesmo tamanho. Não chega a ter um grande que se destaca dos outros, não, no restante do Sangue todo, que eu conheço, a maioria. A Lagoa do Sangue ela é solta dentro de uma propriedade, de uma fazenda. Ela fica solta dentro da propriedade do fazendeiro. Era uma posse. Certo. Ela é pequena de cada um, somos dez herdeiros, ela é solta dentro de uma fazenda de um grande fazendeiro, pra todo lado é desse fazendeiro e nós fica solta dentro dessa área deles. É que foi na época que tirava negócio de posse, comprava título de posse, aí meu pai foi e adquiriu essa posse, depois veio a demarcação, aí o fazendeiro deu ordem pra ele topar no perímetro até onde ele quisesse ir na serra, mas era muito atrasado naquelas época, ele só tirou próximo, perto do ribeirão, não aprofundou na serra, não topou no pique dele em cima da serra⁶. Aí, ficou solta dentro, a gleba dele. Pega uma chapada também. Chapada e brejo, porque a chapada é muito grande, não dá pra pegar só brejo, não. É brejo e morro. Eu não tô lembrado bem, mas eu faço a base que era cinqüenta a cinqüenta e dois [1952], nessa faixa, que eu era pequeno quando nós se mudemos pra esse terreno. Eu não lembro, mas no máximo eu tinha a faixa de oito a dez anos. Nós morava numa propriedade do proprietário. A fazenda grande é chamada Brejo, essa que a nossa é solta dentro dela. É, só define Lagoa do Sangue a propriedade [nossa] de morada, o nome, mas que a fazenda mesmo chama Brejo. [o pai], ele comprou negócio de posse, cinco minréis [mil réis] de posse, aí foi a época em que veio a demarcação, aí ele demarcou a aí passou a tirar a escritura, legalizar a terra. É, que naquelas época não tinha... era negócio de posse que comprava... Nem entendia bem desse negócio de posse. Quando ele chegou pra lá, ele ficou de agregado do dono dessa terra, aí quando passou a ser dono de terra, aí nós se mudou pra cima da terra. Em [1932] eles chegaram aqui, ele mais a minha mãe. Trabalhava de roça, eternamente agricultor. Aí nós fiquemos tudo pequeno, ele morreu e nós fiquemos se batendo [na luta pela sobrevivência], meu irmão mais velho casou e fiquemos tudo junto ajudando a minha mãe, até que cada quem ficou dono de sua pessoa. Meu pai, de agregado, pagava renda. Naquela época eles cobravam duas quartas por tarefa, uma... a renda era essa. O dono recebia. Se plantasse o arroz com o milho, ele recebia do arroz, o milho não. Se plantasse só mandioca, dela recebia a farinha, a tapioca não. Agora tinha deles que exigia receber tapioca também, ter a renda da tapioca, mas não era todos. Tinha muitos [camponeses] que morava lá nessa condição. Bastante, era. Na região, cinqüenta por cento era dessa maneira (...).”

Essa experiência vivida na terra e pela terra permite ao narrador expor o núcleo da atividade agrícola de provisionamento (Sahlins, 1983). A venda e a compra, aí, são aqui limitadas – o que é de decisiva importância particularmente no caso do mercado de fatores –, e freqüentemente visam prover o grupo daquilo que ele não produz, dependendo de circunstâncias tais como a necessidade de dinheiro em determinada ocasião e a quantidade de produto colhido em relação às necessidades anuais de consumo, muitas vezes, suprida pela venda da força-de-trabalho de membros da família:

“O que a gente usa mais plantar é o arroz, a mandioca, o feijão, o milho é em algumas partes que dá, não é geral, não. A maioria a gente planta no toco, derruba a roça na foíce, no machado, antigamente... agora já está mais melhor um pouco. A gente já tá sendo beneficiado, mecanizada as terras, aluga o trator, paga o hectare para aradar (...). Uns cobram por hora, outros por hectare, mas é uma coisa só. Porque eles cobram a hora a vinte e cinco reais e só dá um corte, então o hectare ele cobra cinqüenta pra dar dois cortes. Tanto faz pagar por hectare como por hora, então é cinqüenta. Se é pra dar dois cortes a gente paga cinqüenta, que é duas horas, no corte. Agora, plantar pra venda não tem como... a gente luta pra ver se tem pra venda, mas o que tá acontecendo é que não tá dando nem pra despesa de casa, na maioria. Por causa da seca. Aí, a condição é muito pouco, pequena e não tem como aumentar, plantar muito. E quando a gente termina a colheita às vezes não dá. A maioria é assim: a gente vai dar diária é na região, é fora, onde conseguir a trabalhar, a dar diária ou empreita pra comprar o de comer pra ir passando quando termina o da roça. Aí, cidade não é bom não, porque nunca compra o suficiente, a quantidade que quer...”

⁶ O atraso referido significa que a agricultura, então praticada, desconhecia o uso intensivo do cultivo nas chapadas.

A tentativa de compreender o modo de vida desses camponeses entre o “baixão” e a “chapada” (Moraes, 2000, 2001) lembra a análise Henri Mendras das comunidades camponesas se organizando no quadro e nas condições oferecidas pela natureza, no sentido de uma simbiose (*ecúmeno*), resultado da relação dessas populações com o meio. Esse intercâmbio que adquire, ao longo do tempo, uma dinâmica própria e uma forma peculiar, tem enorme importância na compreensão do modo de vida dos camponeses dos cerrados e do seu *habitat* cuja definição material e simbólica, por sua vez, supõe a territorialidade como organização de um lugar (Tuan, 1983, Augé, 1994) – ao mesmo tempo habitação (alojamento), refúgio, oficina de trabalho e limite de vida. Nesse sentido, no conjunto das terras de moradia e de trabalho (cultivo, criações, extrativismo, caça, pesca), instituído ao longo do tempo, inscreve-se a organização social, a história do grupo humano ali estabelecido – e também o modo como este organiza e explora áreas cultivadas e ocupadas com a habitação e criações, como lida com as reservas naturais, como pensa atuar em caso de expansão demográfica, e finalmente seu saber tecnológico e agrônomo.

Essa organização social remete, por sua vez, a um *savoir-faire* ou *know-how* (Godelier [196-]), que faz funcionar sistemas de cultivo (Wolf, 1976, Mendras, 1978) aos quais subjaz um determinado ecótipo (Wolf, 1976). Nesse sentido, a reprodução dos camponeses do sudoeste piauiense vincula-se estreitamente à apropriação das diversas possibilidades oferecidas pelos ecossistemas dos cerrados, transformadas em recursos (Godelier, [196-]) numa agricultura que conjuga(va), tradicionalmente, sistemas de posse e de propriedade familiar nos baixões, com sistemas de uso coletivo do solo das chapadas. Se, como lembra Maurice Godelier, a exploração de recursos supõe conhecimento das propriedades dos objetos, de suas relações essenciais, determinadas e a aplicação de um *know-how* que ali produz um resultado, a atividade produtora é, assim, uma atividade regulada, normatizada através de técnicas que traduzem as condições às quais ela deve-se submeter para ter sucesso.

No caso, o referido resultado é conhecido pela experiência e pelo *habitus* (Thompson, 1981, Bourdieu, 1994). A utilização dos diversos recursos pelos camponeses, a partir das possibilidades oferecidas pelo ambiente natural dos cerrados é um saber-fazer, uma ciência do concreto (Lévi-Strauss, 1989), que funciona nos moldes de um sistema de conhecimento (Suarez et al, 1983), como refere *seu* Gervásio:

“A terra produz algumas partes, não é geral e algumas partes elas produzem bem assim mecanizado como tava sendo no adubo. Mas pela força da terra, se dá um ano no outro ano não dá. Aí, tem que ver onde vai, porque no primeiro ano pega uma boa produção, no segundo ano já vai caindo e aí o camarada não tem como adubar aquela terra... aí então, quando chega a três anos ela não panha [produz] pra comer dois meses. Nós planta arroz, o feijão e a mandioca. Época mesmo de maior força pra nós é dezembro. Aí depende do inverno. Porque às vezes tem acontecido que quando é em novembro, começa a chover, a gente se anima, planta o feijão... é o primeiro que se planta. É. Aí, pronto, é o feijão e a mandioca, é os primeiros. Aí, o último é o arroz. A gente só quer plantar em dezembro, até o fim de janeiro é a época em que a gente planta. Passou fim de dezembro em diante, é via caçar arroz ligeiro [de ciclo curto] pra plantar, que dá mais ligeiro. Feijão, a gente procura plantar cedo pra chegar as primeiras chuvas. Às vezes, quando chove em novembro, talvez tarda. O feijão, nós plantamos duas vezes por ano. De primeiras águas e de fim d’água. De primeiras águas é esse que planta em novembro, primeira chuva, plantou. Aí, colhe ele em janeiro. De fim d’água a gente prepara as terras – depende do inverno, que às vezes o inverno não está muito bom –, aí distancia muito porque se plantar cedo ele cai a folha, madroce [amadurece] tudinho e não dá nada. Em fevereiro, é pra plantar esse de fim das águas, de fim de fevereiro pra março. De maio pra junho é época que a gente colhe. Se o ano for bom de inverno; se não for bom de inverno, atrapalha tudo... o feijão atrapalha, agora, o arroz [plantado na chapada], não. É porque é terra alta, é chapada, mas se for bom o inverno ele madroce a folha e cai. A gente usou, muito, plantar arroz no brejo, mas o brejo a gente largou, a gente abandonou o brejo, porque o brejo, à volta, fica seco do jeito da chapada, do cerrado. A gente usava antigamente era brejo e baixão. Aí, quando viu que a chuva, que o inverno era fraco, a gente corria pra beijo do brejo pra plantar, devido aquelas experiências que a gente tem do inverno, às vezes a gente tinha um experiência [previsão]: “– Não, o inverno esse ano vai ser bom!”, aí a gente corria cá pro baixão porque dá mais, derrubava a roça e

corria. Quando a gente pensava assim: “– Este ano é ruim o inverno”, a gente vinha pro brejo. É porque tinha como a gente não perder total (...). No sistema mais antigo, aqui, era o feijão, o milho, o arroz, a mandioca tudo cá no baixão e no brejo. É, duas safra de feijão. O arroz era plantado em dezembro, novembro e dezembro, depende do inverno. Se planta em dezembro, [colhe] de março pra abril, dependendo do arroz: tem o arroz tardão [de ciclo longo] e o ligeiro. Em abril a época em que está colhendo, de abril pra começo de maio, que a gente planta em dezembro, arroz tardão. Quem planta o ligeiro, quem planta em dezembro quando é fim de fevereiro pra março, ele tá maduro, já tá colhendo. Dependendo do ano, plantava no baixão ou no brejo. A mandioca era [plantada] dentro da terra do arroz, misturada com o arroz. Plantava no baixão e no brejo, mas usava mais o baixão pra mandioca. O milho, no baixão, junto com a mandioca. Era a mandioca, o milho e o arroz tudo misturado. Tudo junto. E ainda tinha a fava que era junta. Era tudo junto. Era algum [um ou outro agricultor] que separava, plantava só a mandioca com o milho na terra, só. O primeiro de tudo que nós plantava era o feijão, nas primeiras chuvas. Se trata de plantar o feijão e a mandioca. A mandioca, depende da terra, dá até com seis meses, sete meses. Tem terra que é dois anos mesmo. Nós tinha uma terra aqui, uma gleba de terra no baixão, que era de meu pai, que nós plantava esse ano e ela só dava boa pra arrancar com dois anos, que era terra de barro [terreno argiloso]. Lá em baixo, não... se planta no comecinho de novembro, quando é em agosto arranca e faz farinha, ela prospera ligeiro. Esse ano mesmo nós fizemos. A mandioca dá mais rápido é no brejo e até na chapada – a gente chama de chapada, também, o agresto, que é terra de agresto [capim agreste], que é o beijo do brejo. Esse ano mesmo nós plantamos em novembro lá. Foi novembro, dezembro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho... com nove meses ela arrancou [foi arrancada] e [se] fez farinha. A mandioca de meu filho, lá. E se a gente planta no terreno fresco, mesmo com seis meses ele pode arrancar e fazer beiju, a macaxeira pode arrancar e comer. É... primeiro de tudo é o feijão, a mandioca acompanha o feijão e planta também milho. É esses três. É tudo junto, a gente usa mais é junto, misturado. Na mesma área. Porque não temos como nós separar. E o primeiro de tudo que colhe é o feijão. O feijão e o milho, ele dá quase igual. O milho, quem planta assim em novembro, é só pra comer verde. A força mesmo do milho é em dezembro, é junto com o arroz. E chega e a gente vai panhando [de acordo com] a necessidade do trabalhador. Aí, dizer: “– Eu vou plantar milho mesmo pra secar”, é quem planta junto com o arroz, em dezembro. É no brejo ou no baixão. No sistema novo, o arroz é plantado na chapada. Daqui do Sangue, quem tava plantado ainda no Brejo é somente eu mesmo e meus irmãos. O mais [os outros] deixaram de plantar no terreno fresco, no brejo. Mas nós tamos plantando na chapada, também, porque estióra [estiola] muito o brejo e não tem como o brejo agüentar água [reter água] no verão. Estióra... e tem que conservar o brejo. Foi a experiência que a gente teve e abandonou o brejo. Planta lá no cerrado. Tava prejudicando. Tinha uma boa produção, mas enfim lá na frente a gente tava se prejudicando, por causa da aguada, que não tava ficando permanente o verão. Tem um gadinho lá que se vira com essa água do brejo na época da seca. No verão, esse ano mesmo secou, o brejo todinho, ninguém tava esperando. Seco, seco mesmo... ficou algum lugar no ribeirão que ficam os poços de água, mas a maior parte secou esse ano e a gente fica usando, fazendo o açude, fazendo um buraco dentro do brejo pro gado beber... outros fazem o poço. Onde é brejo, cavando, dá água, mesmo no verão. Eu mesmo fiz um poço esse ano. Eu tive medo de me aperrear tanto, o brejo secou -- eu pedi o açude pra cá, pelo Banco do Nordeste, mas nunca saiu – aí eu agi com medo de morrer gado de sede. Aí, eu fiz por minha conta própria um poço, nem calcei ainda, prevenindo, porque tava faltando água”.

Memória do acontecendo: o tempo da *terra arrendada*

“O senhor veio querendo desnortear, desencaminhar os sertanejos de seu costume velho de lei... o senhor não é do sertão. Não é da terra...” (Rosa, 1956: 258).

O processo de reterritorialização em curso no Nordeste (Moraes, 2000, 2002), que redundou no *novo* Nordeste dos cerrados, atinge espaços tradicionalmente utilizados pelos camponeses, impactando a forma de apropriação tradicional desses agricultores, num ritmo e alcance inauditos ao meio. Na relação tradicional dos camponeses com os diversos ecossistemas dos cerrados (Moraes, 2000) evidencia-se a importância da conjugação da posse individual nos baixões com o uso coletivo das chapadas, com base em princípios de uma economia moral (Scott, 1976, Thompson, 1984), como terrenos de usufruto comum, e integrando dessa forma o cálculo econômico das famílias camponesas. As narrativas mestras dos cerrados – quando afirmam que

os camponeses não usam as chapadas, “espaços vazios” – e que portanto não estariam sendo expulsos dessas áreas, é refutada pelos próprios camponeses⁷.

Nesse processo referido, ocorrem deslocamentos importantes em relação às práticas camponesas fundadas na pequena propriedade ou posse familiar e no uso coletivo, resultantes da territorialidade camponesa na região, em tempos pretéritos. As bases do lugar são drasticamente subvertidas com a territorialização do capital que deslegitima sistemas tradicionais camponeses de uso da terra ancorados na posse familiar nos baixões e no uso coletivo nas chapada, e que perduraram até os anos 70. Vale lembrar que as origens dos camponeses da região remontam a processos de ocupação vinculados à dinâmica do povoamento e da existência do, hoje, Estado do Piauí, no século XVII⁸.

Esse passado de territorialidade camponesa atualiza-se, hoje, principalmente na representação de um tempo antigo de terras livres, em oposição à escassez cada vez mais definitiva, no presente. A idéia de um “cerrado nacional”, sem proprietário, é um dos elementos de uma memória do lugar, de terras disponíveis em tempos antigos. Esse tempo da “terra voluntária” é acionado. Agora, na memória coletiva, frente à ameaça atual de desarticulação de sistemas tradicionais de acesso à terra, recuperando um passado legitimador de direitos, no presente, questionando a imagem de vazio das narrativas mestras, e corroborando a concepção da memória social como espaço de disputa. O que esses camponeses trazem à baila é o sentido de largueza do sertão roseano, o que não pode ser confundido com o vazio.

Esse tempo antigo de terras abundantes, embora não significando uma absoluta autonomia dos camponeses em relação aos grandes proprietários de terra – com os quais tinham relações de dependência, como moradores (vaqueiros, meeiros) – aparece como melhor do que o presente. Com efeito, o sistema tradicional das fazendas de pecuária de corte desconhecia o uso intensivo das chapadas que eram assim áreas praticamente livres, em grande parte devolutas⁹. Isto perdurou de certo modo até épocas mais recentes na região, onde a estagnação do mercado de terras, antes dos anos 70, deixava grande quantidade de terras disponível para o estabelecimento pela posse fática. Muitos camponeses – ou seus pais ou avós – migraram de municípios próximos, principalmente no sentido zona de transição cerrado-caatinga para as áreas de cerrados, em época pretéritas, e até mesmo, por volta dos anos 60.

A imagem do tempo da “terra voluntária”, em certa medida, vai ao encontro das representações do tempo da pecuária, difundidas pelas narrativas mestras do Piauí (Moraes, 2002), nas quais os vaqueiros aparecem como heróis culturais e a pecuária como tendo um papel democratizante. De fato, aqui, as falas dos camponeses apontam para um maior espaço de liberdade fática para eles próprios nos sistemas tradicionais de pecuária ultra-extensiva sobre uma terra que não era mercadoria, nos termos atuais.

No entanto, há diferenças entre as narrações dominantes e a memória camponesa, quando se considera a questão da função social do passado (Hobsbawn e Ranger, 1984). Nas narrações mestras de um “destino pastoril” piauiense (Moraes, 2000), tratava-se de construir um passado

⁷ Sobre a reterritorialização do sudoeste piauiense, deslançada nos anos 70, no âmbito da política geral de modernização da agropecuária, com incentivos do Fundo de Investimento do Nordeste, o FINOR/Agropecuário e do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), conferir Moraes (2000).

⁸ Sobre a presença de sítios desde o Piauí colonial, com base em Mott (1985), ver Moraes (2000). Essa importância persiste no presente, como indicam os dados do IBGE (2000): estabelecimentos na faixa de menos de 10 até 100 hectares, na região Sudoeste Piauiense somam 39.830.

⁹ Para detalhes, ver Moraes (2000).

heróico, do qual as contradições sociais deveriam estar ausentes. O símbolo desse passado é a figura do vaqueiro, que mescla a possibilidade de unir numa genealogia mítica, o que socialmente estava separado: o vaqueiro e o criador. As memórias dos camponeses esgrimem uma imagem do passado, para lidar com os riscos do presente, principalmente no que toca à ameaça da perda da terra e de reprodução do grupo doméstico. Como observado por Woortmann ([198-]), o agregado da fazenda tradicional do Piauí – assim como ocorreu em outros locais do Brasil – embora imerso na hierarquia da fazenda, pensava-se a si próprio como um homem livre, uma vez que detinha o controle do processo de trabalho realizado pela família. Essa imagem de liberdade do homem e da terra é acionada no presente, o que lembra Walter Benjamin quando diz: “articular historicamente o passado (...) significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (...)” (Benjamin 1985: 224).

Vale lembrar que os camponeses referidos operavam tradicionalmente num sistema em que, localmente, os direitos à terra eram reconhecidos para grupos sociais específicos como parte das relações sociais singulares. Assim, antes do advento dos grandes projetos, eles tinham acesso à terra por pertencerem a uma comunidade ou em virtude das referidas relações de patronagem e dependência com algum fazendeiro, instalados como moradores nas fazendas de gado ou como posseiros, nos seus interstícios em situações diversas¹⁰ que apontam para a complexidade dos sentidos e usos da noção de posse e de propriedade¹¹ e também evidenciam a continuidade entre os processos locais da vida rural e o mundo social mais amplo e envolvente, especialmente no tocante aos quadros políticos e simbólicos da posse e dos confrontos em torno dela, como lembra Paoliello (1998).

Mas a territorialização do capital, deslanchada com a implantação dos grandes projetos, na região dos cerrados, sobrepuja inexoravelmente o direito de propriedade ao de posse, sem que o poder público garantisse aos camponeses a legalização de suas áreas, através de ações discriminatórias das terras devolutas, demarcando-as tanto para evitar grilagem quanto para reconhecer o direito de antigos posseiros, através da Lei de Registros Públicos. De fato, o Estado, por meio de uma ação discriminatória – teria a prerrogativa de reconhecer, como de interesse social, o direito de posse de pequenos posseiros sobre áreas de até 100 hectares..

Na perspectiva dos camponeses, no tempo da terra voluntária, ou dos troncos velhos (Barreto Filho, 1999), a posse era tradicionalmente representada como um direito, sendo praticada como estratégia constitutiva de patrimônios territoriais familiares. Mas o descaso em relação a essa forma de apropriação tradicional pelos condutores do processo de apropriação recente baseada na grande propriedade privada, gera questões sociais diretamente vinculadas à prática da monocultura na chapada. Os baixões e seus habitantes, posseiros ou pequenos proprietários, bem como suas práticas agrícolas, não são tidos em consideração, assim como não se considera a importância estratégica da chapada, no cálculo econômico dos camponeses, nos marcos da agricultura de provisionamento. Esta visão predominante segundo a qual a importância dos cerrados deve-se exclusivamente às potencialidades de uso das chapadas para a monocultura, traz consigo uma idéia homogênea do espaço que só leva em conta os requisitos da racionalidade agrícola moderna. Em decorrência, as chapadas vão sendo conquistadas por uma racionalidade que tanto ignora a ecologia dos diversos ecossistemas em interação nos cerrados, quanto relega à

¹⁰ Sobre as diversas formas: direitos temporários de acesso; apropriação por posse, territórios coletivamente apropriados por uma comunidade, cf. Moraes (2000).

¹¹ Ver, ainda, Ianni (1978), Martins (1996), Musumeci, (1988), Silva (1981), Godoi (1999). Sobre o direito como um campo de conflitos, ver Thompson (1987). Sobre o campo simbólico privilegiado de disputas políticas pela legitimação, e a deslegitimação e exclusão de certos grupos sociais, ver Bourdieu (1983, 1989).

invisibilidade, práticas agrícolas, outras, como as dos camponeses, desqualificando-as como irracionais e atrasadas.

De fato, com a territorialização do capital, os camponeses tornam-se cada vez mais impossibilitados de fazer uso da chapada, seja como o faziam tradicionalmente, seja como o fazem os produtores capitalizados e tecnificados, uma vez que não têm condições de atingir o nível de capital e tecnologia exigidos para se atingir a escala de produção com viabilidade econômica para o agronegócio dos grãos, que no caso da soja, por exemplo, implicaria uma área mínima de 500 hectares.

Ora, uma vez excluídos das possibilidades de inclusão dos recursos da chapada ao seu cálculo econômico, nos moldes tradicionais, os camponeses passam a arrendar terras de chapada para o cultivo de arroz de sequeiro, situação que, por um lado, é uma estratégia de acesso à terra e de redução da intensidade do uso das áreas de baixões e brejos. Por outro lado, é, também, transferência de renda dos camponeses para os proprietários da chapada, principalmente, projeteiros inadimplentes. Assim é que a maioria dos ex-empregados de grandes projetos sobrevive de serviços temporários nas fazendas da região e muitos deles, nos últimos anos, sem a terra e sem emprego, buscam outras alternativas de sobrevivência, entre as quais, a de arrendar terras para o cultivo de arroz de sequeiro nas chapadas:

“Agora, é chapada, mais, que a gente procura. Só mais a terra de chapada, cerrado, porque é mecanizada, dá mais facilidade pra gente. Há dois anos, três anos pra cá. Antes [até então], os mais [que plantavam na chapada] era os ricos, os fazendeiros. Mas nós... agora, é sempre em terra arrendada. Quem não tem [terra] é arrendada. Onde cabe quem não tem [terra], é arrendada (...). De três anos pra cá, é o arroz na chapada que tá dando pra nós, porque tem mais facilidade, porque é mecanizado que a gente tá usando, tem como produzir mais pra plantar mais. Produz mais. Mesmo pagando [renda da terra], mas tem como a gente plantar mais. Aqui eles estão cobrando... o primeiro ano nós arrendamos a fazenda Serena, pagamos noventa quilos por hectare, com a produção. Aí, o segundo ano foi na [fazenda] Tucum, vizinho à [fazenda] Saponga. Nós plantamos lá, essa o dono deu sem cobrar nada. Foi. Este ano o dono está cobrando o valor de cento e vinte quilos por hectare. Logo ele deu as cartas [de anuência] e no contrato de arrendamento, pra nós, não consta cobrar renda por fora, mas ele está cobrando renda, mas o contrato não está constando renda. Então, é o laço que ele joga, porque se bater nele [se chegarem a ele], amostra o contrato. Se nós não aceitar essa condição, nós não planta porque quem tem terra é eles aí. O cerrado é todo composto de fazendeiro. A gente se arrisca a sujeitar pra não passar o ano sem plantar, pra ter o que comer. [Mostrando cópia de um contrato]: esses aqui eu não assinei não, porque tive que autenticar no cartório, aí eu comprei uma, autenticada, e tirei a xerox”.

“O contrato é individual porque o pronafe, ele é individual. A gente se junta em grupo. É, mas [o contrato] é individual. Pra conseguir o pronafe, tem que ter esse contrato. Tem que ter, quem não tiver propriedade tem que ter. E quem tem propriedade, manda: se eu for trabalhar na terra alheia, tenho que conseguir o contrato de arrendamento. Porque eu tenho até terra, mas não tenho onde trabalhar nas minhas terrinhas. Cinquenta por cento é reserva da floresta do IBAMA [IBAMA], e embora não fosse reserva não tinha como eu trabalhar em riba desses cinquenta por cento, porque só é morro. É. Esse nem que eu quisesse não trabalhava porque só é morro. E a outra, derrubei e enchi de capim, deixei umas garrinhas [área pequena] lá só pra meu menino trabalhar, plantar um feijão, plantar mandioca somente e o resto é morro e dez hectares de pasto. O jeito que tem é arrendar de qualquer maneira, arriscar. Terra pra plantar [arroz] é fácil, não é tão difícil, agora, pagando renda... Aí, o jeito que teve foi se sujeitar pra poder tirar [ter acesso]. A situação é pesada. E hoje, a gente se sujeita porque não quer passar um ano sem trabalhar de roça porque, se passar, piora a situação pra gente. Esse proprietário [do qual o narrador é arrendatário, no momento] foi à falência, abriu [desistiu], acabou com tudo, [o projeto] tá abandonado. Aí, a gente tá querendo as terras. É daqueles grandes projetos. É o Cavalcante, Fazenda Redenção. Eu não vi o contrato dos outros [grupos], mas todos tão pagando renda. Todos. E vai chegando a faixa de... pode chegar a faixa de quatrocentos trabalhadores rurais nessa situação¹². Todos assim, pequenos proprietários que estão plantando arroz na chapada. Em área nova ou de projeto abandonado. Ano passado, plantaram numa área nova, a Cooperativa. Era uma área nova [ainda não desmatada]. Ali foi sem renda, porque o dono queria beneficiar a terra. De qualquer forma, ele [dono] ganha:

¹² A expressão trabalhadores rurais refere não apenas assalariados, e sim quem trabalha na terra, em sentido amplo.

[o arrendatário] pega, aduba toda a terra... [e a gente usa] só um ano! Aí, tá lá, já tá cortada lá, mas o dono não deu mais, não. Só um ano. Esse ano, agora, o dono mesmo planta.

A severa imposição de limites no acesso aos elementos materiais e relacionais necessários à reprodução social dos camponeses dos cerrados pode ser descrita como uma crise ecológica (Wolf, 1984), num contexto em que se alteram profundamente as bases de sustentação dos seus ecótipos (Wolf, 1984, 1976):

“Antigamente, o cerrado era todo nacional, era composto. Era todo composto, nacional...¹³ lá onde nós mora eu conheci muitos, era a... veredão que a gente chama lá, quatro veredão, tudo de lagoado [com lagoas] e de terra boa, onde a pobreza [camponeses] tava lá! Tudo [terra] aí do município, do estado. Até a época sessenta e três, quando a gente trabalhava nessas terras... não, sessenta [1960], a gente colhia muito milho, arroz, à vontade. Sem pagar, sem pagar renda, sem nada. Aí, onde a gente agradava da terra a gente plantava. Não tinha negócio de escolher ou fulano mandar derrubar, não. Onde tivesse terras boas se tivesse desocupada, a gente plantava e era dono. Aí, surgiu eles, os próprios da cidade, os grandes, dizendo que tinha arrematado aqueles veredão – os próprios políticos mesmo –, aquelas vereda, é... uns veredão de terra de trabalho, sim de baxiado, morro prum lado, moro pro outro, a terra plana, é... dizendo eles que tinha arrematado aquelas terras. Aí, todo mundo se retirou daquelas terras, aí eles tomaram de conta, no Sangue. Aí, [muitos] deles começaram vender as terra nacional, do estado, do município... Aí, foi chegando paraibano, paulista... foi chegando do Paraná... tudo!... e eles foram vendendo as terras, chegando [comprador] e [eles] vendendo, os próprios políticos daqui, tudinho. Até que acabou as terras. No município não tem mais terra sem dono. Se tiver, é cabeça de morro que não presta pra nada. E hoje, estamos arrendando, se quiser plantar. Antes, a chapada era pra nada. Somente, assim, pedacinho pra plantar mandioca, a gente usava. Depois de encapoeirada, [vegetação secundária], planta feijão, só isso. Tinha o gado, o gado, também. Mas quem tinha gado naquela época, a maioria era os ricos, os grandes fazendeiros. Mas assim pra tirar madeira, tirar, pegar pequi, a gente usava. Essas coisas, tirar um remédio, uma planta, ah, não! Era voluntário aí, não tinha proibição!... não usava pra plantar, né, mas pra outras coisas a gente usava. A gente usava pra tirar uma madeira, apanhar um pequi, um caju, apanhar o buriti. Buriti não dá na chapada não, mas é porque quase que as chapadas, a maioria também pertence o brejo. Mas o gado era voluntário mesmo nas terras. Hoje continua, mas tendo precisão, dificuldade. Tudo cheio de dono (...).”

Se a terra já não é mais voluntária, quem são seus donos e qual é a situação dos camponeses nesse contexto, é sobre o que nos fala o narrador:

“Hoje, os donos das terras, a maioria é de fora, como os da *Leal Tratores*, essa mesma foi quem foi contratado serviço nosso com ela, Leal Tratores¹⁴. Agora, mudou [o nome] pra Uruçuí Tratores (...). Ano passado eles plantaram soja, bem pouco, chegou uma faixa de cinquenta hectares de soja. Aquela área perto do Saponga, ela tá plantada de soja agora, plantada já. E eles tão com um campo de arroz, não sei se é uma área de quinhentos hectares aqui em cima, no abeirando a estrada do [município de] Ribeiro Gonçalves. Esse ano, é o ano que eles estão trabalhando mesmo, os outros anos eles tavam só alugando máquina¹⁵. Tem mais *gaúchos* em Uruçuí; não é só eles não, tem mais. Agora, dos projetos de antes, tão tudo abandonadas as áreas. Aqui não tem mais nenhum fazendeiro grande de projeto que esteja trabalhando nas terras (...) Ficou muito difícil para o pequeno. Pesou muito porque depois que passou a ter dono as terras, então ficou muito difícil pro trabalhador. Quem não tem terra, se quer trabalhar então ele vai se curvar, se assujeitar à condição de um desses fazendeiros, porque ele [camponês] não quer passar sem trabalhar na roça, então tem que se assujeitar, já que não tem terra. E antigamente, quando era voluntário aí, as terras do município, só não trabalhava quem não quisesse, mas a terra tava aí pra trabalhar. Qualquer dia que a gente quisesse trabalhar a terra tava aí, a gente trabalhava. Hoje não. Às vezes tem muitos que têm vontade de trabalhar, mas vai correr atrás dos donos de terra, das grandes propriedades, pra eles arrendar um pedaço. Não [significa] dar! [significa] arrendar um pedaço pra ver se ele trabalha, se produz”.

Sobre o que resta aos camponeses da região e sobre como eles agem e reagem no processo:

¹³ Dizer que o cerrado era “composto”, significa que tinha espaço para todos. A expressão “nacional” aponta para terras devolutas no sudoeste do Piauí. No Maranhão, a expressão aponta para “terra de nação” (Andrade, 1984).

¹⁴ Empresa comercial de equipamentos e insumos agrícolas e de aluguel de tratores.

¹⁵ Sobre os gaúchos ocupando áreas estratégicas da cadeia produtiva de grãos nos cerrados, ver Moraes (2000).

“A maioria é sem [terra], os que tão arrendando¹⁶. Tem pouco com terra, é bem pouco. Mas esses que têm propriedade, que têm terra, esses têm família, uma parte que está aqui, e a outra tá lá na casa cuidando... dividido. Os que não têm terra é composto, na cidade, no interior. É em fazenda, morador, agregado que chamam. A maior parte é arrendada. Mais ou menos, talvez não chegue... eu até sabia a quantidade de gente que tinha no Brasil que tinha terra, parece que não chegava a quinze por cento. Desses que estão arrendando terra aqui, acho que pode chegar a cinco por cento que tem terra, se chegar. Se chegar, eu estou dizendo isso, porque a maioria não tem. Aquele primeiro grupo que você entrevistou lá, aqueles ali, quase tudo é proprietário. A maioria deles é proprietário, tem as terrinhas dele [comunidade de Morrinhos]. Mas a maioria dos outros, tudinho, que tem aqui, é bem pouco que tem terra; a maioria hoje tá aqui na cidade. Esses plantios, de dentro da cooperativa só tem dois, três grupos: [um] da Beira do Mato e outro da Cooperativa. Eu tou no grupo da cooperativa que tem a Noemia [cabeça do grupo] dentro, que tá plantando no Cavalcante. E tem os da Beira do Mato, e dos Morrinhos, no Cavalcante. A cooperativa mesmo não tá plantando nada esse ano, ela tá sendo uma empleiteira [para arar, plantar, etc.]. O ano passado ela plantou a área dela, mas esse ano não, a gente concordou que ela podia entrar ganhando o dinheiro [do serviço]. Ele [Cavalcante] deu carta em quantidade, foi obrigado. Ele soltou carta porque não teve o meio [condições para produzir]. A [Fazenda] Tucum é dum... esqueci o nome dele, é do Paraná, é paranaense o Carlão. Agora eu mesmo é que estou plantando lá na Tucum. É, eu organizei um grupo, mas eu já vinha com um grupo organizado... tou dentro de outro grupo. É. Agora porque eu tou dividindo nos [incluindo os] filhos. O primeiro ano [Tucum] foi dado de graça.

Quanto ao crédito, em geral, este não é liberado em tempo hábil, para os camponeses de modo que as terras possam estar preparadas para o plantio, nas primeiras chuvas. Isso tem a ver com o baixo capital social desses agricultores nas negociações com os bancos:

“Agora, só o que tá atrasando demais aí é o banco. É quem tá matando, pra liberar o dinheiro, porque todo mundo tendo, liberando o dinheiro cedo, quando é em dezembro ele planta no pó, sem chover. Quando chover, vai nascer. E agora tá acontecendo, a época de tá com as terras aradas é que eles tão começando a liberar o dinheiro. Termina, quando vier terminar o fim, já é passado o tempo da chuva. Aí, só que eu não sei dizer nem por que tá demorando tanto. O pessoal faz pressão, os trabalhadores fazem pressão pra ver se sai, mas o banco fica amarrando (...). É hoje, é amanhã”, a gente vê falar: “– Não, o dinheiro tá aí”, mas ele [o banco] disse que não tem dinheiro, que está esperando ordem e ninguém sabe o significado disso aí, não. Certo que o amarradio [demora] mais é do banco liberar o dinheiro pra o trabalhador rural, é o que tá atrasando muito¹⁷. Pra plantar cinco hectares, recebi mil e cem reais, só pra custeio. É, agora desconta quinze reais, que é o seguro, e ficam mil e oitenta e cinco. Esses mil e oitenta e cinco reais nós vamos distribuir o seguinte: é comprar a semente do arroz, é comprar o adubo, é comprar o veneno e é pagar a máquina pra fazer. Eles [EMATER], agora, só que [o valor] é baixo. Foi a maior força pra ver se não cai em falta com esse dinheiro e pechincha muito. A despesa já vem toda contadinha, contadinha, em riba desses objetos pra comprar. Dá porque a maioria não vai pagar [mão-de-obra], para o restante [do serviço] dá, limitado. A parte que a gente vai fazer – quem trabalha assim não vai somar os dias que vai passar lá – não conta, não”

Excluído:

A organização dos camponeses em grupo, mediados pela cooperativa e pelo sindicato, para o cultivo na chapada aponta para uma economia da reciprocidade (Valensi, Randles, Chrétien, et al, 1978 e Sabourin, 2000), acionada para formar escala e possibilitar certas etapas dos serviços não-contratados e executados pelos próprios camponeses, viabilizando assim a execução do projeto de plantio do arroz. Essa atividade implica, por exemplo, a contratação de máquinas e serviços, que seria impossível caso os plantios fossem feitos individualmente, já que cada um deles cultivava apenas de cinco a dez hectares:

“Agora, nesse segundo, tão cobrando um saco por hectare (...). Eu tou com os contratos, donde trabalhei, tudinho, tá guardado. É o segundo ano que planto lá, mas [todos] faz parte da Cooperativa. Tudo tem sócio da Cooperativa dentro. Lá são vinte e quatro [camponeses]. Parece que é cento e cinqüenta hectares, tudo pelo pronafe [PRONAF]. Todo trabalho esse ano é pelo pronafe. Eu coloco a mulher ou o filho. Eu coloquei o filho, aí o [financiamento] dele não saiu, não foi feito. Aí, eu botei a mulher em um grupo, o dela saiu e aí

¹⁶ Parte dos que arrendam terras nas chapadas possuem áreas nos baixões, embora muitos tenham migrado definitivamente para a cidade. Mas quando o narrador diz que a maioria é sem terra, ele não se refere, também, aos que, como ele, possuem áreas de baixão superutilizadas e desgastadas, a “terra fraca”.

¹⁷ O grande índice de inadimplência em relação aos empréstimos liberados no ano anterior, teria levado à redução do valor do empréstimo, pelo Banco, diminuindo de dez para cinco hectares a área a ser financiada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF).

nós cedeu pra um filho. Se for tudo no meu nome, não sai não, é individual. A gente chama dois grupos assim... eles botam a gente de cabeça, de enfrentante, para organizar o grupo, mas [o financiamento] é individual. Mas é em conjunto que planta, junto. No grupo de Cavalcante tá em nome da mulher [do narrador]. O meu é só de cabeça, de enfrentante. Os cinco hectares, tá em nome da mulher¹⁸. E no Tucum, tá em meu nome, quer dizer, você não pode ter mais de cinco hectares em seu nome pro pronafe e pode até passar de dez, mas não só em um grupo. Tou com dez hectares, mas eu considero como cinco, porque o outro é dum filho. Porque se não colocar gente pra ver se aumenta mais a terra... A gente tem direito, é pobre, tem direito, o pequeno, então acho que não deve discriminar” .

Embora os contratos não sejam coletivos, em termos de financiamento e área, há um investimento conjunto na negociação dos contratos, nas aquisições de sementes e insumos e na contratação dos serviços. Mesmo que o grupo delegue tais funções a um “enfrentante” (Moraes, 2000), como referido acima, o que se observa na prática é uma freqüente troca de opiniões e avaliações coletivas dos passos a serem dados e, até mesmo, troca de serviços, embora haja casos em que se delega tudo ao próprio dono das máquinas, contratado para fazer o “serviço do cerrado”:

“Hoje, eles [fazendeiros, projeteiros] oferecem mesmo [para] quem quiser plantar: “- Na minha terra”, ainda dizem, “- a renda, é um saco por hectare”... diz renda e, não, que dá, dada, sem pagar renda, não. E só com as máquinas atrás, pra ganhar o dinheiro! Alugando as máquinas. Eles arrendam e eles mesmo querem que o camarada dê o dinheiro pra eles e não aceita outro trator entrar dentro da área; quer que seja pra eles fazer o serviço. Ganha na renda e no aluguel da máquina. Porque se achou numa condição meia fraca pra eles, então eles não se conforma com o pouco e não vão plantar. É porque antigamente eles pegavam em muito dinheiro, achavam que não iam devolver. Hoje, quando chegou a época de devolver o dinheiro e eles não têm, não têm como ir pegar de novo. Então eles não têm como pagar os débitos deles atrasados que o banco tá querendo receber e nem pode fazer novo empréstimo no banco, porque o banco não libera.”

As colheitas do arroz são precárias, atingindo apenas de 50 a 60% em relação ao esperado. Em 1997 e 1998, por exemplo, isso se deveu à escassez de chuvas; em 1999, devido ao surgimento de doenças. Estas situações indicam o risco dos camponeses, nessa atividade:

“O arroz na chapada, bom, tá dando assim, porque a gente paga o débito [ao banco]. A maioria tá trabalhando pelo banco, pelo pronafe. Eu estou com três anos esse, que estou trabalhando pelo pronafe. Devido ao seguro que a gente paga o Proago [PROAGRO] que tem, dá e a gente vai pagar o que a gente colheu em riba da [na] área. Mas as colheitas não vêm sendo boas, não. A gente tá pegando [colhendo] cinqüenta, sessenta por cento, onde a espera é cem por cento. É por causa da seca que está acontecendo, o verão. Falta de chuva. Perdeu. Nós tamos com dois anos tirando... e nós tamos pagando só por causa do pronafe, que a gente tem o proago, uma parte. Tendo o Proago, a gente está conseguindo pagar o débito e ficar [com parte do arroz] pra despesa, mais nada(...)”

De fato, a cultura do arroz de sequeiro é muito dependente de chuva. Segundo informações do Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte (Embrapa-CPAMN), nos últimos 57 anos o comportamento, para o Meio-Norte, é de uma seca a cada dois anos. Isto, para os cerrados, implica a seqüência de uma safra boa, uma safra média, uma safra ruim. Mas esse plantio de arroz funciona, para esses camponeses, como uma reorientação da agricultura de provisionamento praticada tradicionalmente nos baixões:

“Não temos intenção de plantar soja, não. A produção nossa que a gente executa aqui, mais, é o arroz, por causa da despesa em casa, a preocupação é em casa. É... Agora quem quer produzir renda grande, a soja é... eu acho que seja viável. Agora, a gente se preocupa mesmo é [com] o do dia-a-dia. O gasto durante um ano, ninguém tem uma idéia, não tem bem assim uma coisa certa aí, porque quem tem filho, a gente às vezes vê eles meio... a gente fica sustentando. A despesa aumenta muito, a minha faixa mesmo de eu passar o ano, sempre ajudando os outros filhos quando precisam, que não tem, é na faixa de mil e quinhentos quilos. É a faixa de trinta sacos, em casca. Trinta sacos de cinqüenta quilos. Se é um arroz muito bom, ele não chega a diminuir muito, não quebra [diminui] muito, só se o arroz for ruim. Agora, só que a previsão da gente mesmo é meio [quebra a metade]... Nessa área de cinco hectares, aí, é uma previsão que... primeiro, as duas áreas que eu plantei, os dois anos, a gente tava ficando com uns trinta sacos a vinte, dependendo... a gente só sabe o certo é quando colhe, tira o do banco, o que ficar, aí, é nosso. Às vezes sobra vinte, quinze. Não é coisa que dá pra vender não. Até acontece em dar, agora só que esses dois anos num tá dando por causa do

¹⁸ Estratégia utilizada para ampliar o acesso à terra e ao crédito.

inverno que não tá muito bom. Mas dá uma boa renda se Deus der um bom inverno e a gente plantar no tempo, dá uma boa renda pra gente...”.

Convém lembrar que o plantio de arroz na chapada não fazia parte do sistema agrícola camponês tradicional. Portanto, embora acionem sua experiência como agricultores, os camponeses estão entrando em contato com uma atividade nova para eles, fruto da modernização agrícola que define o paradigma de exploração agrícola da chapada. Há, portanto, uma significativa distância entre as condições (técnicas, econômicas, políticas) dos camponeses e dos produtores modernos nesse cultivo do arroz de sequeiro¹⁹:

“(…) A gente plantou animado, quando o arroz nasceu, ficou a faixa de trinta dias ele atacou uma doença, um amarelidão, aquelas maiada [malhadas], então nós não sabemos. Não era no arroz todo, não. Era aquela roda no arroz, aí nós não soubemos o que era de fazer, nós não sabia se era da terra, não sabia se era defeito do adubo, porque uma parte a gente tá queixando muito do adubo que não prestava. Então não foi esperada a produção esse ano que a gente esperava, não. Deu diferente. Na produção, na parição [surgimento dos cachos] do arroz atingiu uma doença - há dois anos tá atingindo, o ano passado atingiu, a gente falava: “ – Não, é a seca!”. Justamente, teve seca no ano passado mas, devido esse ano, a gente novamente teve uma experiência que não era só da seca. Esse ano choveu bem. Devido o inverno nós não queixamos, porque choveu bem. Aí nós reconhecemos que é uma doença que tá atingindo. Na parição [surgimento dos cachos do] do arroz, ele pariu a lista a largura de duas colheitadeiras perdido, perdido, perdido total, encarunchado o arroz, assim preto, o arroz não, só a palha!, e as outras partes bem cheinho, aqui e acolá tinha uma bola, uma lista, perdida. Eles [técnicos] andaram, mas ficam atrasado, à toa, sem saber o que é, também. Aqui quem davam... quem tinha acompanhado isso aí era o imaté [EMATER]. Há dois anos [essa doença] tá atingindo aqui. Há dois anos. As manchas amarelas, as rodas amarelas dentro do campo de arroz. E o arroz, na parição, ele, quando é pra ele segurar ele perde, fica encarunchado, preto, perdido total mesmo. Com trinta dias de nascido, aparece as manchas no arroz. Aí ele, com muito, muito tempo ele [parece] que amelhora um pouco, mas não é. Ele atrasa e morre mesmo. Aí, na parição. Em quase todo campo, que eu vi esse ano, atingiu. Foi muito pouco campo que não atingiu. A gente tá, achou que foi prejuízo grande porque onde a gente espera pegar seis, sete mil quilos em cinco hectares, deles pegou quatro, pegou três. Agora o banco tá em cima da gente, quer porque quer que pague, se passar do vencimento e não pagar a parcela, vai assujeitar às condições do banco. A gente tá sem saber porque o que colheu não dá, no preço que tá hoje vendendo não dá de pagar. Vinte e cinco centavos o quilo. Se atingir trinta e cinco centavos uma parte pode vender que paga o banco, o débito. E se não aumentar de preço, não paga. A gente espera de setembro em diante [melhorar o preço] que na colheita sempre todo mundo tem e ele [comprador] amolece pra não comprar caro, quer comprar bem baratinho. Aí nós guarda em casa, ensacadozinho. Pra enfrentar essa situação com o banco, aí, a gente tá pegando as cartas no imaté – eles procuram sobre a produção pra levar pra o banco a informação [do] que a gente colheu. A gente pega lá, eles já prepara e a gente leva, eles procura o [quanto] que a gente colheu, a gente dá o total, aonde está o estoque, endereço, onde é que tá... A gente já fez uma parte e tá esperando o que eles vão decidir pra frente. E ainda tem a outra [dívida da safra anterior]. Tá ainda, agora pro ano dois mil tem mandado ofício pro presidente. O presidente, o que podia fazer era prolongar essa dívida. Aí, ficou boiando aí... Tem mais! eles não querem fazer isso. Pode perdoar de um igual a ele, mas de um pobre, não!

Com efeito, os camponeses realizam essa atividade com toda sorte de limites, a começar pela própria relação precária com a terra, resultante da natureza dos contratos de arrendamento com os proprietários das terras. De fato, os camponeses são arrendatários itinerantes e, como diz *seu* Gervásio, chega-se a ponto de em algumas cartas de anuência constar cessão gratuita da área quando, na prática, esses arrendatários pagam até 120 quilos de arroz por hectare, correspondendo a um saco de arroz já pilado. A maioria dos contratos baseia-se entre 50 e 60 quilos/ha, o que corresponde a um saco de arroz com casca.

A necessidade da carta de anuência do proprietário, para conseguir o financiamento bancário deixa os camponeses à mercê de condições impostas pelos donos da terra, em relação aos quais vão desenvolvendo estratégias de negociação dentro dos pequenos espaços possíveis. Nos casos raros, em que não é cobrada a renda, os proprietários ganham na prestação de serviços, através do aluguel das próprias máquinas aos camponeses. No caso dos projetos abandonados, os

¹⁹ Para detalhes técnicos da utilização agrícola das chapadas, nos termos da agricultura moderna, ver Moraes (2000)

proprietários – que não plantam mais e têm débitos atrasados com os bancos, não podendo mais conseguir financiamento – arrendam parte de suas áreas aos camponeses. Como se não bastasse, o conjunto de recomendações do pacote técnico agrônômico para o cultivo do arroz de sequeiro inclui o uso de sementes selecionadas e certificadas, calagem, adubação química e controle químico de pragas e doenças, plantio na época certa, etc. Esses requisitos estão excluídos das condições operacionais dos camponeses que utilizam, muitas vezes, o próprio grão colhido na safra anterior, em lugar da semente certificada.

No entanto, apesar das precárias condições de acesso à chapada e de cultivo, os camponeses têm interesse no plantio do arroz. Para a safra 1998/1999, por exemplo, havia em torno de 400 camponeses envolvidos nessa atividade, apenas no município de Uruçuí, e um total de 3.500 hectares cultivados. De 1994/1995, para cá, a média anual de área cultivada tem sido de 3.000 hectares. Com efeito, a mesma conjuntura que engendrou a redução das áreas de chapada para camponeses gerou, em consequência, a situação em que estes se vêm na contingência de voltar à chapada pagando renda pela terra, submetidos, na maioria dos casos, aos referidos contratos temporários de arrendamento que os colocam na precária condição de buscarem, a cada ano, novas áreas e novos contratos. O interesse dos camponeses pelo “negócio do cerrado” torna-se compreensível frente às grandes transformações em seu mundo social o que os põe em contato com uma série de novas situações e novos interlocutores, ante os quais eles se vêm obrigados a reelaborar suas estratégias e mediações:

“Quando for no plantio próximo, do ano que vem, aí volta toda uma negociação. Esse [contrato] aqui só é [para] uma safra. O contrato é por safra. De três, quatro anos, nunca fizemos, não. Tem diversos deles [proprietários de terra] que já propôs: a cooperativa pegava esse contrato de três, quatro anos até cinco, eles já ofereceram. O que eles querem é jogar área velha matadeira em riba da gente e outra, ainda pra engarranchar. Eles [os proprietários] são sabidos. Eles não jogam nada pra perder em riba do outro. Com o contrato anual, a gente pode, se for só por uma safra, então, no próximo ano, se a gente não se der bem nessa área aqui, a gente pode... não tá nem aí! No outro ano vai pra outra área. É. A vantagem é essa. Pra gente pegar uma área nova, fazer o contrato é bom. Mas, do contrário, não sendo nova, é melhor a gente pegar por safra. É. Porque contrato de ser por safra, anual, só por uma safra é bom porque, se a gente pegar uma área velha e ruim, a gente não tá obrigado a plantar o outro ano, nela. A gente vai procurar outra área. Quando a gente vai arrendar, vamos primeiro olhar a área. A gente vai, se não se agradar também não quer. Agora, é sujeito assim, a gente dizer que vai plantar sem arrendamento, e o dono só faz apontar: “– É aquela área acolá!”. Se a gente agradar, bem, se não agradar, é aquela mesma... Mas no contrato, não, a gente vai olhar primeiro. Pra fazer um contrato de uma mesma área de vários anos, garantindo que seja aquela mesma área, os donos não querem. Ah não, não querem não! Eles oferecem assim, por uma safra. Pra fazerem um contrato de mais tempo, algum acontece isso, algum... um já ofereceu. Tem uma propriedadezinha pra cá da Saponga, se ela [cooperativa] quiser diz que passa três, quatro anos, faz o contrato. Mas o que eles querem é fazer esse contrato, mas lá na frente, eles querem é fazer conta pra cooperativa ficar pagando... um carro! É. Assim eles têm uma renda, não vão fazer só contrato aí, sem renda nenhuma. Mas ninguém vai se assujeitar...”

Excluído: n

“O que a gente pensa é o seguinte: é ver com o dono de máquina, fazer contrato, pra na época não ficar na mão, já que a gente não pode comprar uma máquina o apelo [a solução] é esse: fazer contrato com os donos de máquina. Quando a gente aluga a máquina por conta da gente, tem que fazer o contrato. O grupo que se interessar pela máquina faz. O dono que se interessar também, bate aquele contrato, com aquela condição, a renda, conforme a renda que ele pede pra colher na época”

No enfrentamento das novas condições, os camponeses vão-se constituindo como sujeitos de um novo tempo, num processo incipiente de organização, num processo difuso de reeducação produtiva, cultural e política²⁰, com avaliações sobre as propostas de desenvolvimento para a região:

“Do tal do pólo [Pólo de Desenvolvimento Uruçuí/Gurguéia], não tou vendo ainda nada não, pode ser que surja, ainda. Quase não tenho participado. Dessa [reunião] do prodecer [PRODECER] participei, já. Os

²⁰ Dentre as estratégias de enfrentamento das novas condições, na região, destaca-se organização dos camponeses em cooperativas, sindicatos e a luta pela terra, através de ocupações. Para detalhes, ver Moraes (2000).

homens [técnicos do programa] contaram vantagem. Sempre contam vantagem, agora ninguém sabe se adquire vantagem todo tempo, pra animar. A reunião do Prodecer foi agora esses dias. Não conheci nenhum deles, a maioria dos que vêm pro Prodecer é gente de fora, do Sul, *gaúcho*. Mas eu não participei total dela não, só foi o início, eu tava ocupado noutra área, eu entrei e encostei uma hora... É o que acontece, eles vêm tudo de fora. Eu participei um pouco dela [da reunião], não foi toda, só um pouquinho²¹. Mais é os *gaúchos* que aparecem, mas quem bota mais força [quem mais luta] aqui é só os daqui, é quem mais trabalha assim nessa área aí, quem enfrenta mais”.

Conclusão

O foco na narrativa permite delinear dois eixos de reflexão em torno das memórias socialmente eclipsadas. O primeiro diz respeito às profundas alterações que o tradicional processo de trabalho dos camponeses vem sofrendo em decorrência da incorporação das chapadas, a partir de quando esses sujeitos sociais, que tradicionalmente opera(va)m nos diversos ecossistemas dos cerrados, o fazem num espaço social progressivamente mais restrito. O segundo, refere-se à complexidade desse processo de modernização agrícola instaurado em ritmo galopante, e diante do qual os camponeses podem aparecer como portadores de atitudes ambíguas: por um lado maravilham-se ante a formidável diferença entre o sistema da roça de toco nos baixões e o da monocultura do arroz de sequeiro na chapada e reclamam, na prática, seu direito à inclusão nesse processo; por outro, não querem abandonar o baixão e tudo o que isto significa em termos de um modo de vida calcado na tradição e, sobretudo, na valorização do lugar.

Como observado por Woortmann ([19--]) camponeses realizam uma ética fundada na reciprocidade mas, como sujeitos históricos concretos, não permanecem à margem da história. Como a fala de *seu* Gervásio mostra eles, de fato, têm uma posição complexa e apropriada a uma situação objetivamente complexa, como é a relação com a modernidade. Assim, por um lado querem participar dos aspectos vistos como positivos do processo de modernização – ou seja, querem ter acesso a tecnologias que permitam o uso agrícola das chapadas, e através das quais possam ampliar as atividades de abastecimento e também de produção para o mercado.

Mas ao mesmo tempo querem manter o uso que tradicionalmente faziam dos baixões, como lugar, e suas estratégias – mesmo aquelas de inserção no negócio do cerrado – devem ser vistas como voltadas para a reprodução do grupo doméstico. Essa aparente incoerência – a de querer a modernização, e ao mesmo tempo recusá-la (ao subordinar a nova tecnologia a um sistema de uso que inclui dimensões tradicionais) – é efeito de um ponto de vista externo, segundo o qual só há uma via de modernização, que é aquela que se dá como negócio agrícola e não como desenvolvimento da vida humana.

Talvez seja preciso, aqui, distinguir o que é mera submissão à ideologia dominante – querer modernizar-se para ter a ilusão de participar do mundo dos poderosos – e o que é sabedoria desses camponeses (que querem utilizar todo o conjunto de recursos naturais acessível, visando o abastecimento da vida). Talvez se possa dizer que ambígua é a própria realidade – que tem dimensões díspares e inseparáveis. Ou seja: a modernização das chapadas por um lado amplia o espaço de possibilidades produtivas no uso das chapadas, e ao mesmo tempo, reduz o espaço dessas possibilidades produtivas, ao restringir o uso dos baixões. Essa ambigüidade aponta para a complexidade do real que é acentuada no contexto do capitalismo contemporâneo no qual há uma

²¹ O narrador refere-se a uma reunião relacionada à empresa Campo realizando, à época, levantamentos para instalação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) na região.

imbricação entre tradição e modernidade – de maneira que, por exemplo, características locais, ou de lugar, possam ter valor de mercado enquanto tais.

Essa noção de revalorização da tradição aponta para dois cenários, pelo menos: um de modernização das chapadas baseado em tecnologias da Revolução Verde, na intensificação tecnocr agrícola, e na substituição do ecossistema de cerrados pelo agro-ecossistema das monoculturas; outro, baseado na exploração dos ecossistemas dos cerrados através da modernização de tecnologias agrícolas e extrativas, em um sistema integrado com o uso dos baixões, e baseado na participação no controle social de ambos os ecossistemas (baixão e chapada) pelas populações locais organizadas. Nesse sentido, a tradição não é o passado que teima em sobreviver no presente, mas a construção de possibilidades de futuro, tendo o passado como fonte, questão recorrente nas falas da experiência aqui apresentadas.

Bibliografia

- ANDRADE, M. P. Os gaúchos descobrem o Brasil: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários. São Luís: Cáritas Brasileira Estudos e Pesquisa, 1984, 147 p.
- AUGÉ, M. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994, 111 p.
- BARRETO FILHO, H. T. Invenção ou Renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In: A Viagem da Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena, Rio de Janeiro: Contracapa, 1999, pp. 91-136.
- BENJAMIN, W. O narrador. Observações acerca da obra de Nicolau Lescov. In: ABRIL CULTURAL (São Paulo, SP). Os pensadores. São Paulo, 1975, p. 63-81. (Tradução Erwin Theodor Rosental).
- BENJAMIN, W. 1985. Sobre o Conceito de História. In: EDITORA BRASILIENSE (São Paulo, SP). Obras Escolhidas, Volume I. São Paulo, 1985, pp. 222-234. (Tradução de Sérgio Paulo Rouanet).
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 484 p.
- BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, 208 p.
- A economia das trocas simbólicas. 2. ed. São Paulo: Perspectivas, 1987, 361 p.
- O poder simbólico. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 311 p..
- Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), p. 46-81.
- A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. (Org.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.
- BRANDÃO, C. R. Memória sertão. Uberaba: Cone Sul/Universidade de Uberaba.1998.
- FORMAN, S. Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 340 p.
- GODELIER, M. Racionalidade e irracionalidade na economia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [196-], 397 p.
- GODOI, E. P. O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: UNICAMP, 1999, 165 p.
- GRAMSCI, A. Introdução à filosofia da práxis. Lisboa: Antídoto, 1978, 165 p.
- HAESBAERT COSTA, R. “Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 1995, 387 p.
- HOBBSAWN, E., RANGER, T. (Org.) A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, 316 p.
- IANNI, O. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978, 235 p.
- IBGE. CENSO Agropecuário 1995-1996. Setembro/2000. http://www.ibge.net.estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/22/d22_t02.shtm.
- LÉVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1989, 323 p.
- MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 265 p.
- MENEZES, M. A. As estratégias de sobrevivência dos pequenos produtores: o caso das migrações. RAÍZES, n. 9, 1994, Campina Grande: UFPB, pp. 17-37.
- MORAES, A. C. R., MESSIAS DA COSTA, W. Geografia crítica: a valorização do espaço. São Paulo:

- HUCITEC, 1987, 196 p
- MORAES, M. D. C. MORAES, M. D. C. Da terra voluntária à terra arrendada. Trabalho apresentado no XI Congresso Nacional de Sociólogos, Salvador – BA, de 11 a 14 de maio, 1999, 15 p.
- Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2000, 475 p.
- Entre o baixão e a chapada (tramas da reprodução camponesa nos cerrados do sudoeste piauienses). Artigo apresentado e debatido no GT7 “Mundo Rural e Novas Dinâmicas Sociais”, no VII ABANNE, em Recife, Pernambuco, de 28 a 30 de novembro de 2001
- Le nouveau Nordeste des cerrados dans les nouvelles dynamiques territoriales. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. Planification du développement territorial au Brésil, Montpellier: Cirad, 2002, pp. 25-41.
- MORAES, M. D. C. ; VILELA, S. L. O. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para a sustentabilidade. In: CARNEIRO, M. J. ; MALUF, R. S. (org.) Para além da produção. Multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, pp. 104-122.
- MOTT, L. R. B. Piauí colonial. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, 142 p.
- MUSUMECI, L. O mito da terra liberta: colonização ‘espontânea’, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Anpocs/Vértice, 1988, 419 p.
- NEVES, F. C. Imagens do Nordeste: a construção da memória regional. Fortaleza: SECULT/RCV, 1994, 128 p.
- PAOLIELLO, R. M. Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira. In: NIEMEYER, A. M., GODOI, E. P. (Org.) Além dos territórios. Campinas: Mercados das Letras, 1998, p. 201-227.
- ROSA, J. G. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, 594 p.
- SABOURIN, E. Changement sociaux, action collective e intervention externe. In: CARON, P. SABOURIN, E. (Coord.). Paysans du Sertão: les mutations des agricultures familiales au Nordeste du Brésil. Montpellier: Editions du CIRAD, 2000. (Collection Repères). No prelo.
- SAHLINS, M. Sociedades tribais. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, 148 p.
- SCOTT, J. The moral economy of peasants: rebellions and subistence in the southeast Asia. New Hawen, Conn: Yale University Press, 1976, 246 p.
- SUAREZ, M., et al. Seminário – Saber e reprodução camponesa. In: Anuário Antropológico/81. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1983, pp. 147-209.
- THOMPSON, E. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 231 p.
- La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In:----- Tradición, revuelta y consciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial. Barcelona: Crítica. 1984, p.
- Senhores e caçadores: as origens da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Col. V. Oficinas da História, 7), 432 p.
- TUAN, Y. F. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983, 250 p.
- VALENSI, L., RANGLES, W.G.L., CHRÉTIEN, J. P., et al. Para uma história antropológica: a noção de reciprocidade. Lisboa: Edições 70, 1978, 141 p.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Reforma Agrária, Campinas, 25, (2/3): 37-57, mai./dez. 1995.
- WOLF, E. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 150 p.
- Guerras camponesas no século XX. São Paulo: Global, 1984, 361 p.
- WOORTMANN, k. Com parente não se negueira. Série Antropológica nº 69, Brasília: UnB, [198-], 101 p.